

---

ANTÔNIO CARLOS LESSA

## INTRODUÇÃO

O interesse científico-acadêmico no Brasil pela realidade política, econômica, estratégica e social que emerge do desenvolvimento do processo europeu de integração tem crescido consistentemente ao longo dos últimos dez anos. Essa observação inicial, de certo modo, contradiz o sentido geral das avaliações que tem sido feitas recentemente sobre o estado dos estudos europeus no Brasil, ainda que não invalide a percepção difusa de que o campo não pode ser tomado como autônomo ou em condições de vir a sê-lo no curto prazo. Desse modo, antes de ser considerado um espaço desabitado, ou uma terra de ninguém, o campo poderia ser caracterizado como uma terra desconhecida – é necessário, de fato, juntar essas partes e caracterizar os elementos e atores que estão desenvolvendo estratégias de pesquisa e de formação de quadros, para que o estado atual dos estudos europeus no Brasil seja conhecido.

Cumprir analisar alguns dados que podem demonstrar que há mais vida e dinamismo nesse terreno do que um primeiro olhar pode indicar. Para dar cabo do esforço de análise do desenvolvimento dos estudos europeus no Brasil, propõe-se aqui uma inversão da lógica tradicional que inspira as análises sobre o estado da arte da área no país. Em lugar de reconhecer e de tomar como ponto de partida o levantamento dos arranjos institucionais existentes, o que já é insuficiente, propõe-se um olhar sobre a primeira, e talvez uma das mais importantes medidas para o desenvolvimento de qualquer campo de estudos: os

quadros, ou seja, os pesquisadores atuantes em universidades e especialmente em seus programas de pós-graduação. Isso porque nem sempre se verifica densidade suficiente para a estruturação de grandes e complexos arranjos institucionais – o que se deve às próprias características das instituições universitárias brasileiras. Mas a experiência brasileira tem apontado para uma enorme multiplicidade de pequenos e dinâmicos grupos de pesquisa, que se encarregam do desenvolvimento de programas completos de pesquisa, envolvendo tanto estudantes de graduação e especialmente de pós-graduação. Sob esse aspecto, o que se tem verificado é a constituição gradual de ambiências institucionais pequenas, porém dinâmicas e dedicadas à área.

#### UM CAMPO EM CRESCIMENTO

Uma medida interessante do crescimento do interesse pela área pode ser encontrada no número crescente de pesquisadores que inscreve os estudos europeus em geral entre os seus campos de especialidade. Tomamos como medida os dados estruturados na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que oferece uma visão integrada dos currículos, grupos de pesquisa e instituições brasileiras de todas as áreas do conhecimento – no caso dos currículos, oferecendo uma visão sistemática da vida acadêmica pregressa de todos os pesquisadores brasileiros e dos seus interesses de investigação. Uma busca estruturada na base de dados da Plataforma Lattes, portanto, indica que 179 pesquisadores e professores marcam “União Europeia” ou “Integração Europeia” como um campo de interesse científico ou de especialização.

Quando observada sob a perspectiva da estruturação de grupos de pesquisa, essa pequena “comunidade” descreve certa capacidade de construção institucional. Sob essa perspectiva, a mesma Plataforma Lattes registra 23 grupos de pesquisa marcados como especializados ou com interesses em “Integração europeia” ou “União Europeia”. Desse total, 15 grupos são da área de Direito, 2 de Sociologia, 3 de Ciência Política/Relações Internacionais, 1 de Geografia e 2 de Economia. Ainda que se possa concordar com o fato de que os números da comunidade brasileira de pesquisadores dedicados à área não impressionem à primeira vista, eles apontam, por outro lado, para uma realidade de crescente e dinâmica institucionalização da área no Brasil.

Os arranjos institucionais têm sido mais impulsionados recentemente por melhores condições de fomento científico por parte do governo brasileiro, mas também pela ação de indução da própria Comissão Europeia, com os seus

programas Jean Monnet. É fato que o número de cátedras, projetos de suporte e módulos Jean Monnet no Brasil é injustificadamente reduzido – são apenas 2 cátedras (Universidade Vale do Itajaí e Universidade de Brasília), 3 módulos (Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e IBMEC-Instituto Veris de São Paulo) e 1 projeto de apoio às redes nacionais (European Community Studies Association – América Latina)<sup>1</sup>. Verifica-se, no caso concreto, certo descompasso entre o número de grupos de pesquisa estruturados no Diretório do CNPq, acima referido, e o número de iniciativas apoiadas por recursos europeus. Pode-se especular que essa diferença se explique pelo desconhecimento das possibilidades de fomento oferecidas pela Comissão Europeia, ao que se somam os procedimentos excessivamente burocratizados para a apresentação de propostas e a sua contratação.

Uma das iniciativas interessantes financiadas pela Comissão Europeia para a academia brasileira foi o lançamento em 2010 de edital para a constituição de um Instituto de Estudos Europeus, na forma de uma rede de instituições universitárias e centros de pesquisa que se comprometeriam com o desenvolvimento do campo no país e com o desenvolvimento de uma agenda de compromissos previamente acordada. A proposta aprovada foi a rede comandada pela Universidade de São Paulo – USP e composta por mais 7 instituições brasileiras que se associam a 7 universidades europeias. Essa rede já se ampliou com a adesão de mais 7 universidades europeias e a filiação de 6 brasileiras<sup>2</sup>. O ponto principal da agenda contratada pelo Instituto, que passou a se denominar Instituto Brasil-Europa é a constituição de um programa de doutorado interinstitucional em estudos europeus, cujo projeto foi apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que pode dar início às suas atividades em 2013.

A diversidade de arranjos institucionais também aponta para a estruturação de agendas de pesquisa e de formação de quadros em nível de pós-graduação. Um levantamento circunstanciado feito na base de dados que registra todas as

- 
- 1 Dados gentilmente cedidos pela Profa. Paula Wojcikiewicz Almeida (FGV-Rio).
  - 2 A rede de instituições brasileira do Instituto Brasil-Europa é formada pela Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Universidade de Campinas – Unicamp, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Federal de Goiás – UFGO, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Universidade Federal do Pará – UFPA, às quais se associaram posteriormente a Universidade de Brasília – UnB, a Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, a Universidade Federal do Paraná – UFPR e a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas a partir de 1987 em programas de pós-graduação brasileiros indica também crescente interesse pela área <sup>3</sup>. De 1987 a 2011, 139 teses de doutorado foram apresentadas a vários programas de pós-graduação no Brasil tratando de temas relacionados com a integração europeia em geral. Grande parte desses estudos foram desenvolvidos a partir de 2000, o que reforça a ideia de que os estudos europeus, antes de serem mal desenvolvidos, são mesmo muito recentes na academia brasileira.

O desdobramento desse total demonstra uma forte agenda de pesquisa em programas da área de Direito, especialmente com áreas de concentração em Direito Internacional e Direito Comparado. De fato, grande parte do crescimento da área de estudos europeus no Brasil pode ser creditada aos programas de pós-graduação de Direito, que estabeleceram certa tradição na produção de estudos sobre direito comparado e instituições. Salta aos olhos, especialmente, o número de registros de teses de doutoramento da área de direito, de cerca de 28%. O componente comparativo é muito forte na composição dos estudos europeus no Brasil e observa-se, a partir desse levantamento, a tendência a valorizar aspectos regulatórios do processo de integração e as comparações entre as instituições europeias bem como as suas dimensões normativas e as agendas de integração sul-americanas, especialmente as do Mercosul. Daquele universo de 139 trabalhos, cerca de 30% se atem especificamente a comparações entre as integrações europeia e a sub-regional sul-americana, tendo sido produzidas igualmente em programas da área de Direito, mas também em Ciência Política e Relações, Sociologia, Economia etc.

Há também um número considerável de dissertações de mestrado produzidas no período em análise versando sobre temas da integração europeia. Chegou-se a um universo de 542 trabalhos que seguem a tendência geral observada no desenvolvimento de teses de doutoramento: desse total, cerca de 44% foram produzidas em programas de pós-graduação em Direito e grande parte do restante, em programas de Ciência Política e Relações Internacionais.

Há dois fatos importantes que podem explicar o crescimento dos estudos europeus no Brasil. O primeiro diz respeito ao próprio crescimento do sistema de pós-graduação no país, especialmente importante em áreas como Ciência Política e Relações Internacionais, cujos programas tem produzido um número crescente e de qualidade impactante de teses e dissertações que podem ser inscritas no campo dos estudos europeus. Essa área passou desde

3 O Banco de Teses é uma base de dados mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e está disponível em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Os dados citados foram levantados em dezembro de 2012.

o início da última década por um crescimento impressionante, cujo ritmo ainda não arrefeceu e foi bastante favorecida pela abertura de programas de graduação e pós-graduação tanto em universidades públicas quanto em algumas das mais consolidadas instituições particulares (a exemplo das universidades católicas). Existem atualmente no Brasil, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 36 programas de pós-graduação de Ciência Política e Relações Internacionais, dos quais 12 são exclusivamente de Relações Internacionais – sendo que grande parte do restante, tipicamente de Ciência Política, possuem áreas de concentração ou linhas de pesquisa sobre Relações Internacionais<sup>4</sup>.

O segundo fato a ser mencionado se relaciona com o impacto que a sofisticação do processo europeu de integração teve na estruturação das agendas de pesquisa de profissionais, grupos de pesquisa e de programas de pós-graduação por todo o Brasil, nas mais diversas áreas. Assim, os problemas e limites da agenda da Política Externa e de Segurança Comum, os desafios da estruturação institucional, os processos de alargamento, os impactos da Política Agrícola Comum nos impasses observados no desenvolvimento das negociações comerciais multilaterais, entre várias outras dinâmicas que caracterizaram o desenvolvimento político e econômico do processo europeu de integração, alimentaram consistentemente um interesse mais amplo pelos estudos europeus no Brasil. Pode-se afirmar que os estudos recentemente desenvolvidos escapam do cardápio básico da comparação de instituições, da origem das normas etc., e se ampliam, no país, para a agenda política, estratégica e econômica, em sincronia com a crescente complexidade do processo de integração e da sua própria inserção internacional.

As publicações científicas, de certo modo, traduzem também esse crescente dinamismo e também apontam para o fato de que os estudos europeus não se configuraram como campo autônomo na academia brasileira. Porquanto não existem revistas científicas especializadas em estudos europeus no Brasil (apesar do número incrivelmente elevado de revistas científicas em funcionamento no Brasil, especialmente na área de humanidades), é necessário cotejar a produção publicada em veículos das áreas nas quais há produção de teses e dissertações sobre temas europeus (Direito, Economia, Geografia, Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais).

4 Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, disponíveis em <http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>, acessados em dezembro de 2012.

Não existam levantamentos pormenorizados dos artigos publicados com foco em temas europeus nas revistas tipicamente vinculadas a maior parte dessas áreas, mas há boas medidas sobre o campo em duas das principais publicações da área de Relações Internacionais no Brasil, que tem repercutido consistentemente os avanços no campo de estudos. Os números das duas principais revistas não são impressionantes, por certo, o que repercute a constatação de que os estudos europeus ainda estão se afirmando. A Revista Contexto Internacional, de acordo com levantamento feito no capítulo anterior por Andrés Malamud e Miguel de Luca, veiculou 21 artigos desde 1985, ano de fundação da revista (Malamud & De Luca, 2013). A Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI – fundada em 1958 e a mais tradicional revista da área de Relações Internacionais no Brasil – publicou desde as suas origens 38 artigos que podem ser listados como tipicamente de estudos europeus<sup>5</sup>. Uma medida relativamente simples para o crescimento da oferta de espaços de publicação seria o financiamento, por parte dos atores europeus, de edições especiais ou suplementos temáticos das principais revistas da área de humanidades. Considerando que alguns dos periódicos da área de humanidades no Brasil atingem níveis de sofisticação internacional, essa poderia ser estratégia segura para o crescimento rápido da visibilidade nacional e internacional do conhecimento produzido no país.

O cenário dos estudos monográficos publicados na forma de livros é levemente distinto. É certo que não existem coleções ou séries consolidadas focadas em estudos europeus em editoras brasileiras, mas se reproduz nesse tópico a natureza da produção científica em geral relacionada com temas europeus. Há boa publicação de livros na área de Direito, especialmente, o que reitera a percepção de que a comunidade especializada é mesmo prolífica<sup>6</sup>. Mais recentemente tem sido publicados estudos mais gerais sobre a história do processo europeu de integração e também sobre os seus arranjos políticos e institucionais (ver Martins, 2012; Lessa, 2003). Compreende-se que talvez não exista espaço comercial para o lançamento de coleções ou séries temáticas especiais, mas o crescimento do campo no Brasil provavelmente passará também pelo fomento de espaços de publicação de alto nível – o que poderia ser agregado

5 Levantamento do autor, a partir da base de dados da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI, disponível em <http://www.scielo.br/rbpi>. Os dados citados foram levantados em dezembro de 2012.

6 Algumas editoras especializadas na área de Direito publicaram ao longo dos últimos dez anos um bom número de trabalhos focados nas dimensões normativas do processo europeu de integração – um caso notável é o catálogo da Editora Juruá, de Curitiba – PR.

a uma reavaliação das formas tradicionais de financiamento da pesquisa no campo no Brasil.

## CONCLUSÃO

**O**s desafios para a consolidação dos estudos europeus no Brasil ainda são grandes. De fato, o campo não se apresenta com autonomia na academia brasileira, mas se vê que há um bom potencial para o seu desenvolvimento rápido, dadas as condições atualmente existentes, como o crescimento da inteligência dedicada e da forma e qualidade dos arranjos institucionais.

A realidade observada aponta para a existência de deficiências estruturais que podem ser sanadas em médio prazo, como a estruturação de programas de pós-graduação inteiramente especializados em estudos europeus, talvez em arranjos mais simples e menos custosos (e com resultados mais certos) do que a fórmula do Instituto Brasil-Europa, que sabidamente emprega muitos recursos em uma única iniciativa. Outra possibilidade para um crescimento rápido é o fomento direto de linhas de pesquisa e de áreas de concentração especializadas em programas de pós-graduação em diversas áreas, o que pode apresentar resultados muito mais duradouros e efetivos para a consolidação do campo no país.

A melhora nas condições de fomento para a pesquisa também pode ser um elemento indutor muito importante, e talvez uma mudança no modelo utilizado globalmente pela Comissão Europeia pudesse ser considerado para a sua ação no Brasil, com a possibilidade de associação de recursos com as agências de fomento brasileiras. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, possuem larga experiência no gerenciamento do financiamento de grandes projetos integrados de pesquisa e de formação de quadros, e são estruturas experimentadas no manejo de linhas de cooperação dessa natureza, inclusive com a transferência de grandes somas de recursos.

**Antônio Carlos Lessa** é Doutor em História pela Universidade de Brasília e Professor do Curso de Relações Internacionais da mesma instituição. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

## REFERÊNCIAS

- MALAMUD, Andrés; DE LUCA, Miguel. *Um Velho Mundo Ainda por ser Descoberto? Estudos Europeus no Cone Sul Latino Americano*. In: DANE, Felix; EDLER, Daniel; LAZAROU, Elena (Org.). **Perspectivas para o Futuro da União Europeia**. Cadernos Adenauer, n. 1, 2013, p. 81-96.
- MARTINS, E. C. R.. **Parcerias almeçadas. Política externa, segurança, defesa e história na Europa**. Belo Horizonte: Fino Traço, V. 1, 2012, 209p.
- LESSA, Antonio C. **A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003, 192p.